

DOI: <https://doi.org/10.9771/rcufba.v19i1.65992>**EDITORIAL: A Revolução Conceitual, Técnica e Tecnológica da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil****EDITORIAL: The Conceptual, Technical and Technological Revolution of Public Accounting in Brazil****João Eudes Bezerra Filho**

FUCAPE Business School

joao@fucap.br

A Contabilidade, como ciência, desempenha um papel essencial ao aplicar princípios, normas e técnicas para gerar informações relevantes, evidenciando transformações no patrimônio das entidades públicas. Essas informações são fundamentais para gestores públicos, sociedade e órgãos de controle, permitindo a análise dos atos administrativos, a avaliação dos resultados obtidos e a compreensão detalhada das dimensões orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio público.

Assim como os demais ramos da ciência contábil, a Contabilidade Pública tem como principal objetivo gerar informações úteis para a tomada de decisões. No entanto, sua atuação vai além da mera apuração de resultados financeiros, assumindo um papel estratégico. No setor público, essas informações são indispensáveis para subsidiar duas dimensões fundamentais:

- **Governança Fiscal:** voltada ao controle e monitoramento das metas e limites fiscais estabelecidos pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), promovendo o equilíbrio financeiro e a responsabilidade na administração pública.
- **Governança Orçamentária e de Políticas Públicas:** direcionada à avaliação do desempenho das políticas públicas, relacionando os números financeiros a indicadores de eficiência, eficácia e efetividade. Essa abordagem permite medir os resultados de programas e ações governamentais, promovendo transparência e prestação de contas à sociedade.

Desde a publicação da Portaria nº 184/MF, de 25 de agosto de 2008, e do Decreto Federal nº 6.976/2009, a Contabilidade Pública no Brasil tem vivenciado uma transformação sem precedentes. A harmonização com as melhores práticas internacionais e o fortalecimento da transparência e governança pública impulsionaram avanços conceituais, técnicos e

tecnológicos. Entre esses avanços, destacam-se a identificação, reconhecimento, mensuração, registro e evidenciação de ativos e passivos dos entes públicos, bem como a modernização de instrumentos como o SICONFI e o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), promovendo uma gestão mais eficiente e transparente.

Temas como contabilidade de custos aplicada ao setor público, relato integrado, transparência fiscal, ESG na administração pública e desempenho da contabilidade municipal representam apenas algumas das frentes que necessitam de maior exploração acadêmica. A evolução da contabilidade pública no Brasil exige uma produção acadêmica ativa, capaz de traduzir os desafios do setor em soluções viáveis e inovadoras.

A seguir são sugeridas temáticas e subtemáticas específicas que podem ser exploradas em pesquisas e artigos acadêmicos:

1. CUSTOS APLICADOS AO SETOR PÚBLICO E SUA IMPORTÂNCIA PARA UMA GESTÃO EFICIENTE E TRANSPARENTE

A gestão eficiente dos recursos públicos é um desafio constante para a administração governamental. Em um cenário de restrições fiscais cada vez mais severas e de demandas crescentes por serviços de qualidade, a aplicação da contabilidade de custos no setor público torna-se um tema de grande relevância. O conhecimento aprofundado sobre os custos das atividades governamentais não apenas favorece a tomada de decisão, mas também promove maior transparência, accountability e eficiência na alocação de recursos.

Segundo Mohr e Douglas (2021), fatores como a Nova Gestão Pública (New Public Management – NPM) e o estresse fiscal costumam ser apontados como os principais impulsionadores da adoção da contabilidade de custos no setor público. No entanto, um aspecto igualmente relevante, mas ainda pouco explorado, é o impacto das tradições administrativas dos governos na implementação dessas práticas contábeis.

A contabilidade de custos aplicada ao setor público envolve um conjunto de metodologias e instrumentos que permitem estimar e analisar custos em diversas áreas da administração pública. Essas informações são essenciais para múltiplos propósitos, incluindo a recuperação de despesas, a definição de preços de serviços públicos, o aprimoramento da gestão orçamentária e o monitoramento do desempenho governamental. Assim, a contabilidade de custos se configura como uma ferramenta estratégica tanto para a eficiência administrativa quanto para a transparência na gestão pública.

Além disso, há uma expectativa crescente de que a contabilidade de custos no setor

público complementar e potencialize práticas típicas da NPM, como o planejamento estratégico, a gestão do desempenho, o benchmarking e a descentralização (Mohr, Raudla & Douglas, 2018; Evans & Bellamy, 1995). No entanto, apesar do seu potencial, a contabilidade de custos ainda é subutilizada na administração pública, muitas vezes devido à falta de normatização específica, limitações técnicas ou resistência institucional.

Diante desse contexto, torna-se fundamental aprofundar os estudos sobre a contabilidade de custos no setor público, explorando seus desafios e benefícios. Compreender como diferentes modelos administrativos influenciam sua adoção pode contribuir para o desenvolvimento de políticas e estratégias que fortaleçam sua aplicação, promovendo uma gestão pública mais eficiente e transparente.

São sugeridas as subtemáticas que seguem:

- Análise dos impactos da contabilidade de custos na eficiência da gestão pública.
- Relação entre contabilidade de custos e transparência fiscal.

2. RELATO INTEGRADO NO SETOR PÚBLICO: AVANÇOS E DESAFIOS

O Relato Integrado (RI) é uma abordagem emergente que busca aprimorar a comunicação sobre a criação de valor nas organizações de maneira holística e integrada. Inicialmente desenvolvido para o setor privado, esse modelo também demonstra grande potencial de aplicação na esfera pública, proporcionando uma visão mais abrangente, transparente e padronizada da gestão e do desempenho governamental.

No Brasil, a adoção do RI no setor público seguiu uma trajetória distinta, marcada por iniciativas normativas e pioneirismo em diferentes níveis da administração. O processo teve início em 2016, quando a Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016) tornou compulsória a adoção do RI por empresas estatais. Posteriormente, sua aplicação se expandiu para a administração direta federal, impulsionada por normativas do Tribunal de Contas da União (TCU), refletindo uma crescente preocupação com a governança e a transparência das contas públicas.

Em 2022, o estado do Piauí tornou-se referência ao implementar o RI nos níveis estadual e municipal por meio da Instrução Normativa TCE-PI nº 01/2022, estabelecendo um marco relevante para a análise do impacto dessa prática na transparência dos governos locais. Mais recentemente, o Estado da Bahia aderiu voluntariamente ao modelo, incorporando o RI na apresentação das contas de governo ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-BA) para o exercício de 2023 (Souza, 2024).

A adoção progressiva do Relato Integrado no setor público evidencia um movimento

em direção a uma governança mais estruturada e transparente. No entanto, sua implementação ainda enfrenta desafios, como a adaptação das administrações públicas aos princípios do RI, a capacitação de gestores e servidores e a necessidade de um arcabouço normativo mais consolidado. A análise dessas experiências pode fornecer insights valiosos para fortalecer essa prática e ampliar sua adoção em outras esferas governamentais.

São sugeridas as subtemáticas que seguem:

- Evolução da adoção do Relato Integrado no setor público brasileiro.
- Benefícios e desafios da padronização e transparência de indicadores socioeconômicos.

3. INSTRUMENTOS DE TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL E PERFORMANCE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: PERCEPÇÃO DO CIDADÃO E CONTROLE SOCIAL

A transparência na gestão fiscal e na execução das políticas públicas desempenha um papel essencial na construção da confiança entre governo e sociedade, na promoção da accountability e na garantia da eficiência na alocação e utilização dos recursos públicos. Quando os cidadãos têm acesso a informações claras e compreensíveis sobre as contas governamentais e os resultados das políticas públicas, fortalecem-se os mecanismos de controle social, possibilitando uma participação mais ativa na fiscalização e no aprimoramento das ações governamentais.

Estudos apontam para um crescimento significativo das pesquisas sobre temas relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), à efetividade das políticas públicas e à transparência na gestão dos recursos públicos. De acordo com a revisão de literatura realizada por Almeida e Caffé Filho (2019), entre os anos de 2010 e 2018, as diretrizes estabelecidas pela LRF foram objeto constante de análise e debate, refletindo a relevância do tema para pesquisadores e gestores públicos.

A valorização crescente da transparência e do controle social das finanças públicas reforça a necessidade de aprofundar a discussão sobre os instrumentos que fortalecem a responsabilidade na administração dos recursos públicos. Ferramentas como portais da transparência, audiências públicas, relatórios de gestão fiscal e participação cidadã são essenciais para que a sociedade possa monitorar o desempenho das políticas públicas e cobrar maior eficiência na gestão governamental.

Diante desse cenário, torna-se indispensável compreender como a percepção dos

cidadãos sobre a transparência e a prestação de contas impacta o controle social e a performance das políticas públicas. O aprimoramento desses instrumentos pode não apenas aumentar a confiança na administração pública, mas também contribuir para a tomada de decisões mais informadas e alinhadas com as necessidades da sociedade.

São sugeridas as subtemáticas que seguem:

- Percepção da sociedade sobre transparência fiscal.
- Mecanismos de controle social e accountability na gestão pública.

4. RELAÇÃO ENTRE GESTÃO FISCAL E SUSTENTABILIDADE (ESG) NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS

A gestão fiscal e a sustentabilidade tornaram-se temas centrais no debate sobre a administração pública contemporânea. Com o aumento da pressão por eficiência, transparência e responsabilidade socioambiental, gestores públicos enfrentam o desafio de conciliar o equilíbrio fiscal com a implementação de políticas públicas sustentáveis, alinhadas aos princípios do Environmental, Social and Governance (ESG). Essa abordagem busca integrar critérios ambientais, sociais e de governança na tomada de decisões, reforçando a necessidade de um modelo de desenvolvimento sustentável que respeite as limitações fiscais e promova impactos positivos de longo prazo.

A crescente adoção dos princípios ESG no setor público levanta questões sobre como as práticas fiscais podem se adaptar a essa nova realidade e quais impactos as políticas sustentáveis geram sobre a saúde financeira de estados e municípios brasileiros. A implementação dessa agenda exige a superação de desafios institucionais, como a adequação das normas orçamentárias, a revisão de modelos de governança e a incorporação de métricas que avaliem os impactos socioambientais das políticas públicas.

Diante desse contexto, algumas subtemáticas podem ser exploradas para aprofundar o entendimento sobre a relação entre gestão fiscal e sustentabilidade no setor público brasileiro:

- Adaptação das práticas fiscais aos princípios ESG.
- Impacto das políticas públicas sustentáveis sobre a saúde fiscal de estados e municípios.
- Desafios institucionais para a implementação do ESG na gestão pública.
- Relação entre equilíbrio fiscal e metas ambientais no setor público.

5. A RELAÇÃO ENTRE A PERFORMANCE DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: COMPARAÇÃO ENTRE SERVIÇOS COM CONTADORES EFETIVOS E TERCEIRIZADOS

A contabilidade pública desempenha um papel essencial na gestão eficiente dos recursos públicos, garantindo transparência, accountability e conformidade fiscal na administração financeira dos municípios. No Brasil, observa-se uma divergência na forma de prestação desses serviços contábeis, uma vez que alguns municípios optam por manter contadores efetivos em seus quadros funcionais, enquanto outros recorrem à terceirização para atender às suas demandas contábeis.

Essa diferença de abordagem levanta questionamentos sobre a eficiência, a qualidade e os impactos institucionais de cada modelo de prestação de serviços contábeis no setor público municipal. A terceirização pode oferecer vantagens como maior flexibilidade e potencial redução de custos, mas também pode gerar desafios relacionados à continuidade do conhecimento institucional, à padronização dos processos contábeis e ao controle interno da administração municipal. Por outro lado, a manutenção de contadores efetivos pode assegurar maior estabilidade na gestão fiscal e um maior compromisso com a governança pública, mas pode enfrentar limitações decorrentes da rigidez orçamentária e de possíveis déficits de capacitação contínua.

A análise dessa temática pode contribuir significativamente para a formulação de políticas públicas voltadas à melhoria da gestão contábil municipal, garantindo que a escolha entre profissionais efetivos e terceirizados seja pautada em critérios técnicos, alinhados às boas práticas de governança e eficiência na administração dos recursos públicos.

Algumas subtemáticas podem ser exploradas:

- Comparação da eficiência dos contadores efetivos e terceirizados na gestão pública municipal.
- Impactos da terceirização na qualidade dos serviços contábeis nos municípios brasileiros.

6. ANÁLISE DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS E O EFEITO *FLYPAPER* NO SETOR PÚBLICO BRASILEIRO

O estudo das transferências voluntárias e do efeito *flypaper* é fundamental para a compreensão da dinâmica das finanças públicas no Brasil, especialmente no que se refere à relação entre os diferentes níveis de governo e a alocação dos recursos públicos. Esses

conceitos ajudam a entender como os municípios e estados utilizam os recursos recebidos do governo federal e quais os impactos dessa prática na eficiência da gestão fiscal.

As transferências voluntárias consistem em repasses financeiros realizados entre entes federativos que, em tese, possibilita aos governos locais mais recursos para alocação e políticas públicas (programas e ações), que geralmente não podem ser executadas normalmente com recursos próprios. No entanto, estudos em finanças públicas indicam que esses repasses frequentemente resultam no chamado efeito *flypaper*, fenômeno que descreve a tendência de os governos gastarem os valores transferidos de forma mais rígida e vinculada do que se fossem provenientes de receitas próprias.

Esse efeito sugere que, em vez de aliviar a carga fiscal local e possibilitar uma realocação eficiente dos recursos, os governos beneficiados acabam utilizando as transferências para ampliar despesas específicas, muitas vezes sem a devida avaliação de custo-benefício. No contexto brasileiro, isso pode afetar a autonomia fiscal dos municípios, gerar dependência financeira e influenciar padrões de gastos públicos, com possíveis implicações sobre a eficiência na alocação dos recursos e a responsabilidade fiscal.

O efeito *flypaper* no setor público brasileiro levanta questões relevantes para pesquisa, como:

- A influência das transferências voluntárias na autonomia fiscal dos governos subnacionais.
- O impacto do efeito *flypaper* sobre a eficiência da alocação dos recursos públicos.
- A relação entre transferências voluntárias e responsabilidade fiscal.
- A influência política sobre a distribuição e aplicação das transferências voluntárias.

7. MUNICÍPIOS COM RECURSOS PROVENIENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES NO ORÇAMENTO DA UNIÃO

As emendas parlamentares representam uma importante fonte de recursos para os municípios brasileiros, desempenhando um papel estratégico na implementação de políticas públicas e projetos de desenvolvimento local. Esses repasses, provenientes do orçamento da União, permitem que parlamentares destinem recursos diretamente para ações específicas nos municípios, viabilizando investimentos em áreas como saúde, educação, infraestrutura e assistência social.

Embora as emendas sejam um instrumento relevante para a descentralização dos recursos públicos e para o fortalecimento das administrações municipais, sua alocação e aplicação ainda geram debates sobre eficiência, transparência e impacto na governança pública.

Um dos desafios centrais é compreender se esses repasses realmente atendem às necessidades da população local ou se são influenciados por interesses políticos e eleitorais. Além disso, há questionamentos sobre o grau de dependência dos municípios em relação a essas transferências e se os investimentos oriundos das emendas geram efeitos estruturais duradouros ou apenas benefícios pontuais e de curto prazo.

Diante desse cenário, estudos que busquem analisar a distribuição e os efeitos das emendas parlamentares nos municípios brasileiros são essenciais para enriquecer o debate sobre o papel dessas transferências na promoção do desenvolvimento local e na eficiência da gestão pública. Algumas questões de pesquisa que podem ser exploradas incluem:

- Critérios de alocação das emendas parlamentares.
- Impacto das emendas na execução de políticas públicas municipais.
- Dependência dos municípios em relação às emendas parlamentares.
- Transparência e controle social na aplicação dos recursos das emendas.

CONCLUSÃO

A evolução da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil reflete um processo contínuo de aprimoramento conceitual, técnico e tecnológico, impulsionado por normativas e pelo alinhamento às melhores práticas internacionais. Esse avanço fortalece a transparência, a governança e a eficiência da gestão pública, consolidando a contabilidade como um instrumento fundamental para a tomada de decisões baseadas em dados precisos e confiáveis. No entanto, desafios persistem, tornando essencial o aprofundamento de pesquisas sobre as temáticas abordadas neste editorial. A geração de conhecimento qualificado é determinante para a modernização da administração pública e para o aperfeiçoamento das práticas contábeis aplicadas ao setor público.

Nesse contexto, incentivamos pesquisadores, acadêmicos e profissionais a contribuir com estudos que explorem as diversas questões apresentadas, promovendo debates e soluções inovadoras para os desafios enfrentados na contabilidade pública. A ciência contábil desempenha um papel estratégico na construção de uma gestão pública mais eficiente e responsável, e seu desenvolvimento está diretamente ligado ao engajamento da comunidade acadêmica na produção de conhecimento relevante. Esperamos que esta edição se estabeleça como um espaço de referência para a reflexão e o avanço das práticas contábeis no setor público, fomentando análises que contribuam para uma administração mais transparente, eficaz e orientada ao interesse coletivo.

REFERÊNCIAS

- Almeida, D. P. B. (2021). O mito da ineficiência alocativa das emendas parlamentares. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 34, e239518. <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.239518>
- Almeida, L. S., & Caffé Filho, H. P. (2023). A ambivalência instrumental do SIAFIC-MT: Instrumento de controle externo e social na gestão de recursos públicos mato-grossenses. *ID on-line Revista de Psicologia*, 13(45). <https://doi.org/10.14295/online.v13i45.1761>
- Brollo, F., & Nannicini, T. (2012). Tying Your Enemy's Hands in Close Races: The Politics of Federal Transfers in Brazil. *The American Political Science Review*, 106(4), 742–761. <http://www.jstor.org/stable/23357707>
- Cheng, M., Green, W., Conradie, P., Konishi, N. and Romi, A. (2014), The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. *J Int Financ Manage Account*, 25: 90-119. <https://doi.org/10.1111/jifm.12015>
- de Paula, W. M., & Bezerra Filho, J. E. (2024). Dificuldades na Profissão do Contador Público: um Mapeamento Sistemático no Ambiente Brasileiro. *Administração Pública E Gestão Social*, 16(1). <https://doi.org/10.21118/apgs.v16i1.15068>
- de Villiers, C., Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1042–1067. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-06-2014-1736>
- Fernandes, E. S., & Bezerra Filho, J. E. (2016). Subsistema de informação de custos no setor público: proposta de um modelo de mensuração e acumulação com base na contabilidade por competência. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 9(2), 204–223. Retrieved from <https://asaa.anpcont.org.br/asaa/article/view/244>
- Gamkhar, S., & Shah, A. (2007). The impact of intergovernmental transfers: A synthesis of the conceptual and empirical literature. In R. Boadway & A. Shah (Eds.), *Intergovernmental fiscal transfers: Principles and practice* (pp. 225-258). Washington, DC: The World Bank.
- Mohr, Z. T., Raudla, R., & Douglas, J. W. (2021). Comparing cost accounting use across European countries: The role of administrative traditions, NPM instruments, and fiscal stress. *Public Administration Review*, 81(2), 299-307.
- Muneal, M. (2011). *Studies in Popular Culture*, 34(1), 152–154. www.jstor.org/stable/23416357.
- Oliveira da Luz, E., Nossa, S. N., Soares Monte-mor, D., & Bezerra Filho, J. E. (2022). Transferências Voluntárias e o Efeito Flypaper. *Administração Pública E Gestão Social*, 14(3). <https://doi.org/10.21118/apgs.v14i3.12321>
- Souza, M. C. Da M. E. (2024). Relatório de Gestão no formato de Relato Integrado e a transparência municipal [Tese de doutorado, Fucape Pesquisa e Ensino S/A – Fucape ES].
- Steyn, M. (2014). Organisational benefits and implementation challenges of mandatory integrated reporting: Perspectives of senior executives in listed companies in South Africa. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 5(4), 476–503. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-11-2013-0052>